REPÚBLICA DE ANGOLA

Embaixada da República de Angola em Portugal

RESENHA DE IMPRENSA ANGOLANA

19 de Maio 2025

Elaborado por: Serviços de Imprensa

Av.ª da República nº68, 1069-213
Lisboa – Portugal
Telf.: (+351) 965902180
Fax: (+351) 217 951 778
embaixada.portugal@mirex.gov.ao • www.embaixada.pt

GOVERNO DE ANGOLA | mirex.gov.ao Ministério das Relações Exteriores

JORNAL DE ANGOLA On Line

Segunda-feira, 19 de Maio 2025

Presidente João Lourenço discursa amanhã na 78.ª Assembleia da OMS

O Presidente da República e da União Africana, João Lourenço, discursa, amanhã, no Palácio das Nações, em Genebra, Suíça, na 78ª Assembleia da Organização Mundial da Saúde (OMS).

O líder da organização continental, que desembarca hoje em Genebra, participa no mediático evento, de acordo com o secretário do Presidente da República para os Assuntos de Comunicação Institucional e Imprensa, Luís Fernando, como convidado de honra do director-geral da OMS, Tedros Ghebreyesus.

A reunião, que começa hoje e vai até ao dia 27 deste mês, decorre sob o lema "Um mundo pela saúde", durante a qual os Estados-membros da OMS vão abordar vários temas globais sobre a saúde, além de assinalar a assinatura do Acordo Histórico sobre a Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias, que vinha sendo preparado e discutido há quatro anos.

A agenda do evento inscreve, ainda, a discussão sobre o financiamento sustentável da OMS, que visa considerar a proposta de um orçamento programado para 20 por cento nas quotas de filiação para o exercício económico 2026-2027.

Temas como a resistência anti-microbiana, emergências de saúde, força de trabalho em saúde e assistência, preparação, poliomielite, mudanças climáticas e conexão social, assim como determinantes da saúde deverão dominar, também, a reunião anual da organização das Nações Unidas especializada em saúde.

Ontem, durante a sessão do Comité Regional, os Estados-membros elegeram o novo director regional da OMS para África, o tanzaniano Faustine Engelbert Ndugulile, designado para assumir o cargo nos próximos cinco anos.

O maior encontro de profissionais da área da Saúde vai juntar, em Genebra, além de líderes políticos, parceiros multissectoriais da OMS, devendo abordar como temas centrais a protecção, salvaguarda e investimento nos recursos humanos e cuidados de saúde.

Desafios da organização

O objectivo da reunião, de acordo com dados divulgados pela imprensa local, é proporcionar um momento para discutir os temas centrais da agenda da saúde mundial.

As metas dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ainda por atingir, os resultados da saúde mundial e a esperança média de vida da população, segundo dados da OMS, estão a regredir.

Tal situação, segundo a Organização Mundial da Saúde, deve-se ao facto de os sistemas de saúde estarem dependentes da disponibilidade, acessibilidade e qualidade dos profissionais do sector.

A escassez crónica de recursos humanos, o subinvestimento na sua formação, assim como a baixa remuneração e a inadequação entre estratégias de educação e emprego estão a gerar novos desafios.

Os últimos números mostram que cerca de metade dos trabalhadores da área da Saúde, que já se sentiam sobrecarregados e subvalorizados, sofreram um esgotamento devido aos enormes encargos adicionais que lhes foram impostos, sobretudo durante a pandemia da Covid-19.

Passados mais de sete anos desde a adopção da Estratégia Global sobre Recursos Humanos para a Saúde (Workforce 2030), a reunião prevê fornecer actualizações sobre os progressos na sua implementação e partilhar evidências e casos de sucesso, assim como oportunidades para o futuro.

Da mesma forma, a Assembleia da OMS prevê examinar as soluções políticas, investimentos e parcerias multissectoriais necessárias para enfrentar os desafios da saúde e promover avanços dos sistemas no sentido da cobertura universal e segurança sanitária.

A OMS recomenda que os países garantam a formação de profissionais de saúde, permitindo que estes representem entre 8 e 12 por cento da força de trabalho activa por ano.

A reunião deve dedicar, ainda, especial atenção ao investimento e financiamento de recursos humanos no sector da Saúde, como premissa para a expansão da educação e do emprego. **(J.A)++++**

Seminário analisa estratégia para os próximos cinco anos

A Agência Nacional de Acção contra Minas promove, de quarta a sexta-feira, em Luanda, um seminário técnico sobre a estratégia do sector para o período 2026-2030.
O seminário, co-organizado com o Centro Internacional de Genebra para Desminagem Humanitária (GICHD), acontece pelo facto da actual estratégia prescrever no dia 31 de Dezembro deste ano.

O evento consiste na inclusão e participação activa de todos os intervenientes do sector da Acção contra Minas no país e a assessoria de especialistas do Centro supracitado, promovendo desta forma um ambiente colaborativo, que vai permitir aos participantes contribuírem significativamente para delinear e elaborar a orientação estratégica geral do sector para os próximos cinco anos.

De acordo com o programa, durante o evento vai ser apresentada a visão geral e actualização sobre o Plano Estratégico 2021-2025. Aqui, vão ser partilhados os progressos registados neste período com base no Plano de Acção.

Está, ainda, prevista a apresentação da nova orientação estratégica do Programa de Acção contra Minas. **(J.A)++++**

Deputados verificam conformidade para a votação final na globalidade

A Proposta de Lei sobre Investigação Clínica e Biomédica vai hoje à apreciação e votação durante a reunião na especialidade da 6.ª Comissão da Assembleia Nacional.
O encontro visa verificar se os documentos estão em conformidade para que a matéria siga para discussão e votação final global na plenária marcada para quarta-feira.

A proposta legislativa tem como finalidade criar um quadro legal que assegure a protecção das pessoas envolvidas em investigações clínicas, incentivar o progresso científico e tecnológico na área da saúde, assim como facilitar a implementação da indústria farmacêutica em Angola.

Além disso, a lei pretende garantir que a população tenha acesso aos benefícios resultantes dos avanços científicos, promovendo a inclusão do país em estudos clínicos internacionais e abrindo espaço para pesquisas adaptadas às necessidades locais.

Durante a sessão na especialidade, a ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, defendeu a importância estratégica da nova legislação, considerando-a um marco para a ciência e para a internacionalização da saúde no país.

"A aprovação desta lei representa um grande ganho, não só para a Saúde em Angola, mas, também, abre importantes portas a nível internacional", afirmou a ministra, fazendo referência que o país tinha uma "lacuna "que impedia a sua participação em investigações clínicas de grande escala, sobretudo aquelas que envolvem ensaios em seres humanos.

Segundo Sílvia Lutucuta, com esta proposta, Angola poderá finalmente integrar estudos multicêntricos de relevância internacional e promover investigações voltadas para doenças com grande incidência no país, como as infecciosas e as crónicas não transmissíveis.

A ministra realçou a neces- sidade de compreender os efeitos de medicamentos já existentes dentro da realidade demográfica e genética da população angolana.

"Esta lei também nos permite estudar o que é novo, o que está a ser desenvolvido, e contribuir para o avanço da medicina em contextos semelhantes ao nosso", frisou.

A governante lembrou que a recente aprovação da Lei de Medicina Tradicional reforça a aposta do país em soluções complementares de tratamento, sublinhando que Angola se prepara agora para fazer parte do mapa global de investigação médica.

"A proposta é vista como um passo crucial para a modernização do Sistema Nacional de Saúde e para a inserção de Angola nos principais circuitos internacionais de pesquisa biomédica", destacou a ministra Sílvia Lutucuta. **(J.A)++++**

Magistrado apela à denúncia de actos de corrupção e extorsão

O magistrado judicial junto do Serviço de Investigação Criminal (SIC) na província do Cubango, Paulo Galinha, encorajou, em Menongue, a população a reforçar a cultura de denúncia dos crimes praticados por gestores públicos e efectivos dos órgãos de defesa e segurança, sobretudo de corrupção e extorsão.

Paulo Galinha fez este apelo durante um encontro de auscultação social promovido pela Administração Municipal de Menongue, durante o qual alguns participantes se manifestaram seriamente indignados com as irregularidades verificadas em muitos gestores públicos e efectivos da Polícia Nacional, que se envolvem em actividades ilícitas, como abuso de poder, corrupção, extorsão e violência contra os cidadãos.

No encontro, o procurador ouviu muitas reclamações dos presentes, sobretudo dos taxistas, motaxistas e das auto-

ridades tradicionais, que acusam alguns agentes de actuarem à margem da lei e de forma negligente, recebendo valores indevidos quando interpelam na via pública as viaturas e motorizadas em serviço de táxi.

Paulo Galinha reprovou esta atitude e garantiu que a instituição vai trabalhar para o combate cerrado destes e outros crimes que lesam pacatos cidadãos.

Segundo Paulo Galinha, a actuação dos efectivos da Polícia Nacional deve ser baseada na lei e em circunstância alguma devem receber valores indevidos, sob pena de incorrerem no crime de extorsão ou corrupção, por essa prática ilegal.

Acrescentou que o comportamento de alguns agentes reguladores de trânsito e ordem pública são passíveis de detenção e julgamento para que possam ser responsabilizados criminalmente.

Por outro lado, o magistrado aconselhou os taxistas e moto-taxistas a legalizarem os seus meios para que não continuem a ser alvos destes crimes ou apreensão das suas viaturas e motorizadas.

Paulo Galinha assegurou que quando as viaturas, motorizadas e os condutores estão devidamente legalizados evitam-se as apreensões constantes e arbitrárias.

Ainda assim, o magistrado encorajou os lesados a primarem sempre pela cultura de denúncia e se possível com o suporte de filmagens durante o exercício das suas funções, porque fazer isso não representa crime.

Por sua vez, o comandante Municipal da Polícia Nacional em Menongue, intendente Alberto Sapalo, disse que o exercício de táxi a nível da província do Cubango é na maior

parte feito à margem da lei, porque além da falta de documentos de muitos condutores, os meios circulam de forma ilegal e com superlotação de passageiros, o que faz com que sejam alvo de constantes interpelações.

Alberto Sapalo salientou que por causa desta situação encontram-se na unidade de trânsito centenas de motorizadas de duas rodas apreendidas e mais de 60 de três rodas, cujos proprietários não aparecem para as reaver, porque muitos foram adquiridos de forma ilegal e sem nenhuma documentação. (J.A)++++

Relações diplomáticas entre Angola e EUA normalizadas há 32 anos

Foi num dia como hoje, há trinta e dois anos, que os Estados Unidos da América anunciaram formalmente a normalização das relações diplomáticas com Angola, depois de quase duas décadas de tensão política e de um ambiente de confrontação, embora indirecta e por actores interpostos, que tinham caracterizado a sua vivência bilateral durante a fase derradeira da Guerra-Fria.

Na manhã de 19 de Maio de 1993, o embaixador José Patrício e eu, ambos fazendo parte da equipa angolana acreditada junto da Organização dos Estados Americanos (OEA) dentro de um "arranjo diplomático possível", para permitir a presença de Angola em Washington, fomos convocados pelo novo Secretário de Estado Assistente para os Assuntos Africanos, George Moose, para mais um encontro com as autoridades americanas. Ao chegar ao Departamento de Estado, sentimos que algo importante estava prestes a acontecer, o que iria marcar uma nova era nas relações entre os dois países.

Dias antes, na audiência realizada no Congresso a 29 de Março de 1993, para a sua confirmação, George Moose afirmara que o reconhecimento do Governo angolano por parte de Washington estava a ser cuidadosamente considerado. Com base nos contactos diplomáticos na capital americana, sabíamos que o Departamento de Estado tinha elaborado um documento sobre a nova política americana para Angola que apresentava cinco opções à Casa Branca, entre as quais a da normalização de relações entre Washington e Luanda, já nessa altura, parecia merecer a anuência do Presidente Bill Clinton.

O encontro com o Secretário de Estado Assistente para os Assuntos Africanos, George Moose, foi de grande simbolismo histórico e algo raro no mundo da diplomacia. À frente de nós estava o primeiro afro-americano a ocupar essa função e a receber uma das primeiras representações diplomáticas africanas acreditadas em Washington.

George Moose entregou ao embaixador José Patrício uma carta do Secretario de Estado Warren Christopher dirigida ao Presidente José Eduardo dos Santos, datada do dia anterior, na qual comunicava uma mudança da política americana quanto à Angola com "um objectivo claro e simples: reconhecimento do direito de todos os angolanos de escolher o seu Governo através de um processo democrático, multipartidário".

O diplomata angolano recebeu o documento como se de um troféu se tratasse. Como era hábito em reuniões no Departamento de Estado, ajeitou o bloco de notas para registar o essencial dessa conversa de transcendente implicações diplomáticas e políticas para o futuro de Angola.

Tentando fazer um balanço histórico, o Secretário de Estado Assistente para os Assuntos Africanos justificou que a Administração Clinton não tinha avançado mais depressa com o processo de reconhecimento do Governo angolano por causa do resultado inconclusivo das Eleições Presidenciais (necessidade de realização da segunda volta), a reacção de Savimbi quanto ao processo democrático e para que a posição americana não fosse entendida como uma "sanção contra Unita".

Posição diplomática insustentável

A posição americana, defendida desde a Independência de Angola e justificada com repetidas mudanças dos termos de referência para uma normalização das relações diplomáticas com Luanda, tornara-se extemporânea e insustentável perante a evolução da situação internacional, em geral, e do contexto angolano, em particular.

Num editorial publicado na edição de 14 de Abril, o reputado jornal "The New York Times" defendia que Washington já não tinha razões para continuar a negar o reconhecimento de Angola, pois "as relações diplomáticas dariam um impulso tangível ao Governo – e sublinhariam a seriedade americana relativamente aos termos do cessar-fogo". O diário americano concluía que "Savimbi não é democrata ou combatente da liberdade, antes de acusar o líder da Unita de ser " um barão da guerra, subjugando através da catana e da pistola, credivelmente acusado pelo massacre de civis".

Mesmo a nível da oposição armada começava a prevalecer o sentimento de que os ventos da história estavam favoráveis ao fim de políticas e atitudes ainda influenciadas pelos ditames da Guerra Fria. Numa entrevista à Rádio TSF

de Portugal a partir do Huambo e difundida a 16 de Abril, o próprio Jonas Savimbi deu a entender que o reconhecimento do Governo angolano pela administração americana era uma questão de tempo, pois poderia acontecer a qualquer altura.

"Nós, na UNITA, estamos conformados que isso vai acontecer", disse o líder rebelde antes de acrescentar que "os Estados Unidos, como a única superpotência hoje, após desaparecimento da URSS, devia ter sempre a possibilidade de ajudar os angolanos a encontrar a paz".

O líder rebelde não deixou, no entanto, de advertir que "para nós não será um sobressalto quando o regime do Presidente Clinton reconhecer o regime do outro lado".

Nesse mesmo dia, o jornal americano "The Christian Science Monitor" publicou uma entrevista com Savimbi, feita pelo seu repórter John Battersby a partir do Huambo, na qual aquele deixou claro que tinha um objectivo a atingir e que não se compadecia com as críticas que lhe estavam a ser feitas pela opinião pública internacional. O jornalista norte-americano escreveu que apesar de nos últimos meses o líder da UNITA se ter tornado num pária internacional, ele estava "confiante que as suas forças rebeldes podem ditar os termos de uma solução política" em Angola, depois de terem assumido o controlo do Huambo, a segunda cidade do país.

Com efeito, Jonas Savimbi manifestou pouca preocupação com as condenações de que a UNITA estava a ser alvo interna e externamente, pelo facto de ter recomeçado a guerra em Angola ao afirmar que "se pensamos que o que estamos a fazer é correcto em termos da nossa própria evolução, a perda de apoio internacional não nos vai impedir de alcançar os nossos objectivos". Fazendo alusão à sua experiência e ao seu relacionamento com o mundo exterior, o líder da

UNITA afirmou que “nos 34 anos da minha carreira política ganhei e perdi apoios” antes de concluir de forma quase profética que “não se pode dominar a comunidade internacional”.

Para o “The Christian Science Monitor”, as relações entre Washington e Jonas Savimbi tinham atingido o seu ponto mais baixo em Janeiro de 1993, quando a UNITA tomou militarmente a cidade do Soyo e ameaçou atacar os interesses petrolíferos americanos em Cabinda. O jornal frisou que houve, entretanto, uma certa mudança, uma vez que “a queda do Huambo ... fez com que a UNITA ganhasse nova influência nos EUA”.

Na entrevista, o líder da UNITA reconheceu que “mais cedo ou mais tarde a Administração americana vai reconhecer o regime em Luanda”. Manifestando pouca preocupação com essa eventualidade, adiantou que pretendia que Washington desempenhasse sempre “um papel em Angola, mesmo se reconhecer o regime do MPLA”.

O jornalista escreveu que a UNITA tinha reforçado militarmente a sua posição com a tomada do Huambo e o Governo angolano sofrido “a sua mais pesada derrota” desde 1975. Nas palavras de Savimbi, “tivemos que ripostar e ganhamos”, enquanto que os seus comandantes revelaram ao repórter que a UNITA estava a preparar-se para controlar as capitais de mais quatro províncias:

Moxico, Malanje, Bié e Cuando Cubango. Afirmaram que a possibilidade do desencadeamento de outras acções militares estava dependente dos resultados das negociações em curso na altura em Abidjan, capital da Côte d´Ivoire. Para o “The Christian Science Monitor”, a produção petrolífera em Angola poderia ficar afectada com uma possível escalada da

guerra, dado que a UNITA cercara o Soyo e começara a aumentar a sua presença militar em Cabinda.

Reconhecimento de um Novo Dia

No dia 19 de Maio de 1993, no final de uma audiência com o Arcebispo sul-africano Desmond Tutu, o Presidente Bill Clinton anunciou, publicamente, o reconhecimento do Governo angolano, porque este "concordou em assinar esse acordo de paz, deu posse à Assembleia Nacional democraticamente eleita e ofereceu à UNITA a participação no Governo a todos os níveis".

A decisão americana tomara também em consideração as posições expressas pelo Presidente do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela, e outros líderes africanos, preocupados com o facto de que a atitude militarista da UNITA estava a encorajar grupos radicais da extrema-direita e esquerda a tomar posições que poderiam fazer perigar o processo democrático e de transformações na própria África do Sul.

Terminado o encontro no Departamento de Estado com o Secretário de Estado Assistente para os Assuntos Africanos, George Moose, e analisado o conteúdo da carta do Secretario de Estado Warren Christopher, sobre a normalização das relações diplomáticas, o embaixador José Patrício telefonou ao Presidente José Eduardo dos Santos para dar a boa nova. Desde que abandonara o seu cargo de Assessor de Imprensa no Futungo de Belas para chefiar a Missão Permanente de Angola junto da Organização dos Estados Americanos (OEA) que guardava religiosamente o número privado do "Chefe", como gostava de frisar, esperando o momento

certo para informar que estava cumprida a missão que levara a Washington esta equipa que também incluía o embaixador Alfredo Salvaterra.

No dia 17 de Junho, o Presidente José Eduardo dos Santos endereçou uma mensagem ao Secretário de Estado, Warren Christopher, a qual transmitia "a concordância do Governo angolano relativamente à consumação desse acto que consideramos de especial importância para o incremento das relações a todos os níveis entre os nossos dois países". Para ele, o reconhecimento, "do qual advirão, decerto, vantagens mútuas para os respectivos povos, representa, igualmente, uma valiosa contribuição aos esforços que o governo angolano envida no sentido do restabelecimento da paz e no da consolidação da democracia em Angola".

O Chefe de Estado angolano aproveitou a oportunidade para sublinhar que "o Governo angolano atribui aos Estados Unidos da América, na qualidade de observador do processo de paz, uma função vital para as acções que terá ainda de empreender com vista a defender as instituições democráticas e a impedir a tentativa de subversão do poder legitimamente instituído que a UNITA procura a todo o custo levar a cabo".

***Embaixador de Carreira**

Diplomacia angolana e ventos da mudança

Desde a realização das eleições multipartidárias de 29 e 30 de Setembro de 1992, consideradas livres e justas pela comunidade internacional, a diplomacia angolana conseguira conquistar um espaço de intervenção cada vez mais crescente em Washington.

No dia 5 de Maio de 1993, um grupo de cerca de 45 Congressistas democratas e republicanos enviou uma carta ao Presidente Bill Clinton manifestando a sua preocupação com a degradação da situação em Angola e pressionando a Casa Branca a "reconhecer o Governo de Angola legalmente eleito para demonstrar o apoio americano à democracia em África", uma vez que, no seu entender, tal posição "seria consistente com todos os princípios dos padrões americanos de equidade e justiça". Os legisladores americanos advertiram que "o não reconhecimento do Governo de Angola dá a impressão de anuência ao recurso a meios militares por parte de Jonas Savimbi para chegar ao poder em Angola".

Três dias depois, o influente afro-americano e líder dos direitos cívicos, o Reverendo Jesse Jackson, escrevia ao Assessor Especial do Presidente para os Assuntos de Segurança, Anthony Lake, argumentando, também, que a Administração Clinton precisava de "agir agora", pois "o não reconhecimento de dos Santos envia um sinal errado aos que querem manter o poder pela força, em vez de eleições livres e justas".

A questão de Angola conseguira impor-se na agenda política americana e constituía um dos temas de debate sobre questões africanas. Num crescendo desta pressão diplomática, a edição de 15 de Maio do programa televisivo "O Contraditório com Jesse Jackson" (Both Sides with Jesse Jackson) da cadeia "Cable News Network" (CNN) foi consagrado a uma análise sobre a problemática da normalização das relações diplomáticas entre Washington e Luanda. Foram convidados, entre outras entidades, o Senador democrata Paul Simon, um entendido sobre questões africanas, o

representante da UNITA, Marcos Samondo e eu, em nome do Governo angolano. **(J.A)++++**

Av.ª da República nº68, 1069-213
Lisboa – Portugal
Telf.: (+351) 965902180
Fax: (+351) 217 951 778
embaixada.portugal@mirex.gov.ao • www.embaixada.pt